

## CONCEPÇÕES DE CRECHE: UMA ANÁLISE EM PERIÓDICOS NACIONAIS A1 E A2 DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Michelle Abreu **Furtado** – UnB

### Resumo

O presente estudo tem por objetivo apresentar quais são as concepções, explícitas e implícitas, acerca da creche, captadas nos artigos acadêmicos situados nos periódicos nacionais, classificados como A1 e A2, na área da Educação, entre os anos de 1997 a 2011. Considerando que a constituição do espaço coletivo de educação se materializa para o atendimento do bebê e da criança pequena como um direito social, importante se faz compreender o contexto da creche, bem como as questões inerentes ao bebê e à experiência vivida por eles, que pode ser vinculada à primeira infância. Para tanto, foi empreendida a busca por artigos acadêmicos que tivessem, dentre os seus descritores, as palavras-chave creche(s), bebê(s), criança(s) pequena(s), primeira infância e pequena infância, de modo a constituir um *corpus* de pesquisa contendo 83 artigos. Para a análise do *corpus* foi utilizado o procedimento metodológico definido por Bardin (2011) como Análise de Conteúdo. Destaca-se a emergência de discussões acerca da creche, de modo a dar conta de todos os ordenamentos legais e práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente nas escolas.

**Palavras-chave:** Creche. Análise de conteúdo. Periódicos acadêmicos.

## CONCEPÇÕES DE CRECHE: UMA ANÁLISE EM PERIÓDICOS NACIONAIS A1 E A2 DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

A creche, conforme instituído legalmente, é definida como um espaço destinado à criança de 0 a 3 anos de idade; sua oferta é um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família; deve ser garantida em ambientes educacionais e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, contemplando o cuidar e o educar.

Contudo, a definição de creche, como a empregada aqui, não é consensual. Sua concepção esteve (ou está) intimamente associada à conceituação explícita e implícita que extrapola a compreensão legal, mas permeia, também, a compreensão definida e

defendida pelo senso comum, de que é um espaço destinado a atender as crianças pobres, por necessidade de guarda e proteção, para as mães que necessitam trabalhar.

No Brasil, como em outros países do ocidente, a tradição assistencial é visualizada na história das creches e escolas maternas, voltadas, sobretudo, às crianças oriundas das famílias pobres. Segundo Vieira (1999), enquanto modo de guarda diário de crianças pequenas, as creches surgiram vinculadas às necessidades do trabalho feminino industrial fora do domicílio, visando também responder a questões diversas, como o abandono, a desnutrição, a mortalidade infantil, a formação de hábitos de higiene e a moralização das famílias operárias.

Para Kuhlmann Jr. (2010), a industrialização no país, na segunda metade do século XIX, incitou a necessidade de dirigir as mulheres ao trabalho nas fábricas. Obviamente, isso despertou nas famílias a problemática sobre quem cuidaria dos filhos enquanto as mulheres estivessem trabalhando.

Campos, Füllgraf e Wiggers (2006, p. 88) indicaram que o final da década de 70 e a década de 80 foram marcados por diversas mobilizações da sociedade civil que demandavam a extensão do direito à educação para as crianças pequenas: movimentos de bairro e sindicatos nas grandes cidades lutavam por acesso a creches; grupos de profissionais e especialistas da educação mobilizavam-se no sentido de propor novas diretrizes legais; prefeituras procuravam dar resposta à demanda crescente por creches e pré-escolas, criando e/ou ampliando o atendimento.

O resultado desses movimentos acirrou o debate entre educadores, pesquisadores e propositores de políticas públicas no sentido de promover a oferta de Educação Infantil comprometida com o respeito aos direitos das crianças e das famílias.

Do ponto de vista social, a creche vem ganhando papel de destaque e sendo assumida pelos órgãos públicos e pela população como uma alternativa de educação e cuidado de crianças de até três anos de idade em um contexto coletivo. Mesmo assim, sua oferta ainda é incipiente quando contrastados os números da população de 0 a 3 anos e as matrículas nas instituições públicas e privadas.

Do ponto de vista político, os movimentos em torno da oferta de creche refletiram artigos e incisos da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que, pela primeira vez na história, fez referência aos direitos específicos das crianças que não fossem aqueles circunscritos ao âmbito do Direito da Família e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que incluiu a Educação Infantil, no sistema de educação brasileiro, como primeira etapa da Educação Básica, sendo ofertada em

creches e pré-escolas. Reconhecendo, principalmente, a creche como uma instituição também educativa, que por inferência se opõe à visão tradicional de instituição voltada ao atendimento puramente assistencialista da criança pobre.

É importante salientar que as legislações e documentos que se sucederam desses pressupostos legais apresentaram avanços no que diz respeito às concepções e práticas pedagógicas veiculadas sobre a creche. Porém, alguns deles apresentaram lacunas, quando se toma por referência as necessidades da sociedade e as modificações sociais decorrentes das mudanças nas estruturas familiares, econômicas e sociais. Contudo, cabe destacar que esses mesmos documentos, somados às pesquisas no campo educacional, foram os responsáveis pela revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos e pela seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

### **A constituição do *corpus***

O *corpus* de análise desta pesquisa é resultado de um levantamento empreendido inicialmente no Qualis/CAPES, por todos os periódicos brasileiros, classificados na área de avaliação “Educação”, em 2012, e que apresentavam estratos A1 e A2.

Essa consulta possibilitou a definição dos 87 periódicos que deveriam ser avaliados de 1997 a 2011, por cada volume e número que a revista pudesse ter, a fim de extrair artigos acadêmicos que tivessem dentre os seus descritores a palavra-chave: “creche(s)”. Com o objetivo de incrementar o *corpus* de pesquisa, empreendeu-se também uma busca por artigos que contivessem os descritores “bebê(s)”, “criança(s) pequena(s)”, “primeira infância” e “pequena infância”. Feito isso, três caminhos complementares foram percorridos, conforme o contato mais apurado com a empiria.

Uma varredura foi realizada na base de indexação do SciELO<sup>1</sup>, para a seleção de artigos acadêmicos que tivessem dentre as suas palavras-chave, ao menos um dos descritores, dois, ou mais deles combinados entre si.

A ausência de alguns anos e/ou volumes dos periódicos na base de indexação do SciELO, por terem sido admitidos em datas posteriores ao lançamento da revista, levou esta pesquisadora a uma segunda alternativa: a busca desses descritores no próprio site

---

<sup>1</sup> O SciELO compreende uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros e estrangeiros.

dos periódicos em questão. Ainda não tendo coletado toda a amostra, conforme recorte temporal e periódicos selecionados, um terceiro caminho foi empreendido: foi realizada uma consulta aos periódicos impressos, no intuito de encontrar as revistas e anos que não foram localizados a partir das duas alternativas anteriores.

Como resultado dessas buscas, o *corpus* de pesquisa foi composto por 83 artigos acadêmicos, conforme critérios e especificidades já descritos. Assim, 55 artigos foram localizados a partir do descritor “creche(s)”, 21 artigos a partir dos descritores “bebê(s)” e “criança(s) pequena(s)” e 7 artigos a partir dos descritores “primeira infância” e “pequena infância”. Desses, 7 artigos tinham, entre as suas palavras-chave, os descritores combinados: “creche(s)”, “bebê” ou “criança pequena” e apenas 1 apresentava a combinação dos descritores “creche(s)”, “primeira infância” ou “pequena infância”.

## **O tratamento das informações**

No intento de proceder ao tratamento das informações, optou-se pelo emprego das técnicas de análise de conteúdo, preconizadas por Bardin (2011) e Rosemberg (1981), a fim de descrever as concepções de creche contidas nos artigos acadêmicos que fazem parte do *corpus* de pesquisa.

A análise de conteúdo é compreendida por Bardin como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Rosemberg define a análise de conteúdo como uma técnica de análise das comunicações, que se “propõe a descrever aspectos de uma mensagem, objetiva e sistematicamente e, algumas vezes, se possível, de forma quantificável, a fim de reinterpretá-la, conforme os pressupostos de investigação” (ROSEMBERG, 1981, p. 70). Ou seja, pode agregar a análise de dados quantitativos como complementares ao qualitativo.

A organização da análise, tal como orientada por Bardin (2011), dá-se em torno de três polos cronológicos, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados que incorpora a inferência e a interpretação em seu polo.

A pré-análise consiste na organização propriamente dita do material. Corresponde a uma fase de operacionalização e sistematização das ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Nesta fase, executa-se a escolha dos documentos a serem submetidos à análise e a formulação de hipóteses.

O segundo polo é a fase da exploração do material. Resulta da necessidade de codificação, classificação e categorização, ou seja, da busca por sínteses coincidentes e divergentes de ideias. Seguindo o protocolo desse polo, procedeu-se à codificação. Por meio da transformação de dados brutos do texto, efetuaram-se recortes para a escolha das unidades de registro, a fim de se elegerem as categorias de análise. Esse tratamento do material permite atingir uma representação do conteúdo, resultando no esclarecimento sobre algumas características do texto. Assim, após a leitura integral dos 83 artigos que compõem o *corpus*, foi empreendida a identificação de temas recorrentes e aspectos comuns entre os artigos analisados.

Por fim, o terceiro polo, consiste no tratamento dos resultados obtidos, que se desdobra na inferência e na interpretação. Apoia-se nos materiais empíricos da pesquisa e inicia-se com a reflexão, a intuição e o estabelecimento de relações. É o momento de elaboração da síntese interpretativa através de uma redação que possa relacionar temas a objetivos, questões a pressupostos da pesquisa.

### **Concepções de creche: alguns resultados**

A grade que se segue tem por objetivo identificar as legislações recorrentemente citadas no que concerne à constituição da creche, bem como demonstrar o que motivou a origem das creches, as finalidades que as caracterizam e as suas concepções. Preocupou-se, também, com a verificação se os artigos atribuíam à creche a mesma faixa etária preconizada na LDB 9.394/96 ou se faziam uma referência distinta a essa lei.

É importante salientar que os 83 artigos acadêmicos que compõem o *corpus* de pesquisa serviram de base de cálculo para a indicação da frequência e porcentagem de aparições das categorias do objeto de estudo. Assim, a fim de ilustrar essas categorias,

foram extraídos argumentos dos artigos que podem tanto se referir a um achado do autor, quanto ser decorrente da fala de sujeitos de pesquisa.

**Tabela 1 – Conceituação de creche**

	Nº	%
<b>A1 - Legislação</b>		
Cita CF/88	23	28%
Cita LDB 9.394/96	14	16,8%
Cita CLT	5	6%
Cita outras leis	10	12%
Não menciona	31	37,2%
<b>A2 - Identificação da faixa etária de matrícula na creche</b>		
Referência à idade igual à LDB (0 a 3 anos)	15	18%
Referência à idade diferente da LDB (0 a 6 anos)	9	10,8%
Não menciona	59	71,2%
<b>A3 – Finalidade</b>		
Espaço de guarda e proteção	11	13,2%
Ambiente de desenvolvimento integral	8	9,6%
Espaço de interação	10	12%
Espaço de cuidar e educar	11	13,2%
Desempenho das crianças	5	6%
Não menciona	38	46%

Fonte: *Corpus de pesquisa*

A Constituição Federal de 1988 é reconhecida como um marco legal importante para a Educação Infantil por 27,7% dos artigos pesquisados. Observa-se, dentre os autores que mencionaram essa legislação, que o avanço principal da Carta Magna advém do reconhecimento do direito da criança pequena ao incluí-la no capítulo destinado à Educação, garantindo creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos. Somado a isso, os autores salientam que a CF/88 foi a responsável por conferir à creche uma atribuição educacional e não meramente assistencialista, como vinha sendo praticada. Esses discursos podem ser exemplificados abaixo:

*[...] conseguiu-se que, na Constituição Nacional de 1988, o atendimento às crianças de 0 a 6 anos fosse incluído no capítulo da Educação, sendo definido como um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família, tirando-lhe assim a conotação meramente assistencial, típica dos momentos anteriores. (TEXTO 8, 2000, p. 117).*

O extrato acima nos permite inferir que a Constituição Federal de 1988 passou a proteger o atendimento à criança na Educação Infantil, ao garantir o direito subjetivo das crianças com idade entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos, conforme previsto no art. 208,

IV. Ou seja, legitimou a existência dessa etapa da Educação Básica, de modo a assegurar que o atendimento às crianças de 0 a 5 anos ocorresse em ambientes especialmente educativos, onde uma proposta educativo-pedagógica prevalecesse sobre aspectos de cunho meramente assistenciais.

Como pode ser verificado, 16,8% dos autores destacaram que a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, como um desdobramento da CF/88, sistematiza a educação de 0 a 5 anos. Segundo os artigos pesquisados, pela primeira vez na história do país, a Educação Infantil foi situada como primeira etapa da Educação Básica, de modo que a sua oferta se desse em creches, para crianças de até 3 anos de idade, e pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos.

*Mais recentemente, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (DO de 23/12/96) e o novo Plano Nacional da Educação, em elaboração, observam-se avanços na legislação sobre educação infantil, na qual é contemplado o atendimento de crianças de 0 a 3 anos (em creches) e de 4 a 6 anos (em pré-escolas). (TEXTO 8, 2000, p. 117).*

Além da norma constitucional e da LDB outras legislações ordinárias também ampararam o direito da criança em frequentar a creche. Uma delas é a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), representada em 6% do *corpus*. Segundo os artigos inseridos nesse percentual, a CLT é resultado de pressão por parte das mães trabalhadoras sobre o Estado e as empresas privadas. Elas pressionaram para que, em virtude de sua inserção no mercado de trabalho, das transformações na sociedade e das modificações na organização e estrutura familiar, tivessem um local para deixar seus filhos, enquanto aumentavam a renda da família por meio do trabalho remunerado. Conclui-se, a partir desses artigos, que esta lei não representa uma conquista do direito à creche no local de trabalho, mas um direito da mulher trabalhadora de amamentar seu filho durante a jornada de trabalho. É exemplo dos efeitos dessa legislação o extrato abaixo:

*Também nesse período de luta pela creche era evocado o Decreto-Lei nº 5.452, existente desde 1/5/1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No referido Decreto-Lei estão inclusos artigos que tratam sobre salas de amamentação no local de trabalho. (TEXTO 16, 2004, p. 201).*

De acordo com esses argumentos, a CLT avança ao garantir às mães trabalhadoras o espaço para guarda e proteção dos seus filhos no horário do trabalho, ainda que esse direito tenha se dado em resposta aos anseios das famílias e não a uma necessidade das crianças. Todavia, reduz o atendimento das crianças a espaços não necessariamente educativos, indo de encontro às normas legais que surgiram

posteriormente à promulgação dessa lei trabalhista e que garantiram a creche como espaço educativo adequado ao atendimento à criança de 0 a 3 anos. É importante salientar que a CLT ainda se faz vigente com todas as suas prerrogativas, ainda que em desacordo com a CF/88.

Observa-se que para além das legislações supracitadas o Fundo de Manutenção da Educação Básica (FUNDEB), antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e o Plano Nacional de Educação (PNE) foram marcos legais nacionais também mencionados na categoria “outras leis”, correspondendo a 12%. Os artigos indicados nesse índice discutem que o Fundo de Manutenção representou progresso ao incluir, pela primeira vez, a creche e a pré-escola no recebimento de recursos financeiros. Destacaram também que essa legislação impulsionou a Educação Infantil fazendo com que essa etapa crescesse em números e em reconhecimento de sua importância.

*Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – Fundeb –, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef –, que havia sido criado em 1996, logo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB –, a creche e a pré-escola passaram pela primeira vez a ter seu financiamento previsto em lei, ao lado das demais etapas da educação básica. (TEXTO 1, 2011, p. 23).*

Ademais, verifica-se que 37,3% dos artigos não fizeram qualquer menção a uma legislação que permeia a educação e a creche, como já descrito.

Quanto à identificação da faixa etária que é atendida na creche, que se destina à criança de 0 a 3 anos, verifica-se que 18% dos artigos descreveram seu atendimento condizente com o proposto pela LDB 9.394/96. Porém, 10,8% se referiram à creche como o espaço de atendimento à criança de 0 a 6 anos, incorporando a faixa etária atendida pela pré-escola, ou seja, crianças de 4 e 5 anos, a exemplo do extrato abaixo:

*A creche se destina ao serviço de atendimento formal e sistematizado de guarda e assistência a crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Historicamente, foi instituída a partir de uma concepção primordialmente assistencialista. (TEXTO 44, 2009, p. 238).*

A justificativa para esse equívoco pode estar assentada sobre algumas hipóteses. A primeira delas é pela própria tradição da palavra. Muitas famílias assimilam a creche como o espaço destinado ao cuidado e educação às crianças menores de 6 anos. Em um dos artigos que compõem o *corpus* de pesquisa foi possível verificar a seguinte

justificativa para o argumento de que o termo mais usual para a educação dos bebês e crianças pequenas é a creche:

*Atualmente, a Educação Infantil engloba creches, que atendem crianças de zero a três anos, e pré-escolas, que atendem crianças de quatro a seis anos. Utilizaremos o termo creche neste artigo, embora as instituições estudadas contem com crianças de zero a cinco anos, considerando que este é o descritor mais conhecido na área. (TEXTO 66, 2006, p. 488).*

Outra hipótese é a de que a divisão em creches e pré-escolas, por idade, só se deu com a publicação da LDB em dezembro de 1996. E, como alguns artigos realizaram seu procedimento de coleta de dados anterior a esse ano, é provável que os pesquisadores tenham se deparado com instituições educacionais que atendiam a crianças de 0 a 6 anos e se intitulavam como creche. Não mencionaram a identificação da faixa etária de matrícula na creche 71% dos artigos que compõem o *corpus* de pesquisa.

Quanto à finalidade da creche, os artigos apresentaram que tanto o “Espaço de guarda e proteção” quanto o “Espaço de cuidar e educar”, eram representadas por um percentual de 13,2%.

Por espaço de guarda e proteção, os artigos destacavam a necessidade de pais e mães terem um local seguro para que seus filhos permanecessem enquanto exerciam suas atividades laborais. A alimentação, os cuidados com a saúde e higiene e a formação de hábitos de bom comportamento pautavam as atividades curriculares de muitas das instituições que foram objetos de pesquisa.

Os artigos inseridos nesse percentual evidenciavam que, dentro dessa perspectiva de guarda e proteção, a concepção de profissional que lida com a criança também se alia a essa finalidade. É considerado apto para o exercício profissional aquele que não necessariamente tem formação específica, mas que exerça atividades de cuidado similares às desenvolvidas no trabalho doméstico. Essa aceção de guarda e proteção pode ser visualizada no estrato que se segue:

*[...] suas compreensões acerca de creche e de educação infantil se originam mais em visões assistencialistas, higienistas e compensatórias, ignorando as funções de cuidar/educar. (TEXTO 46, 2009, p. 205).*

Já a função de “cuidar e educar” é identificada nos artigos como um objetivo próprio da Educação Infantil, ou seja, uma prática indissociável dessa etapa. Nesses artigos, o binômio precisa ser considerado no atendimento em creches e pré-escolas de modo que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades básicas, como alimentação

e higiene, pelas características próprias de sua idade. Além do mais, essa prática social é um direito das crianças e de suas famílias, não com uma conotação assistencialista, mas sim adquirindo um caráter educativo, se for visto como um momento privilegiado de interação de criança-criança e criança-adulto. E o educar, perde o caráter tradicionalmente escolar, com ênfase no treinamento para os anos iniciais e com a preocupação exacerbada com o intelecto. A dimensão educativa é concebida, todavia, como parte de um planejamento amplo que inclua tempos, espaços e materiais, frutos de um planejamento coletivo e flexível, podendo ser justificada pelos seguintes extratos:

*Nos últimos anos a literatura nacional sobre educação infantil vem apontando a necessidade de integrar o cuidar e o educar. Essa necessidade deriva de perceber a importância de superarmos os preconceitos em relação ao ato de cuidar, preconceitos que surgiram no início do movimento que culminou no reconhecimento da creche como espaço educativo, confundindo cuidado com assistência ou com concepções higienistas. (TEXTO 7, 2000, p. 117-118).*

Ainda sobre a finalidade, 9,6% dos artigos atribuíram à creche a função de promotora do desenvolvimento integral das crianças. Significa dizer que esse espaço de educação coletiva tem, por uma de suas principais responsabilidades, favorecer o desenvolvimento de aspectos cognitivos, emocionais e sociais das crianças, complementar à família, de modo a incluir a aprendizagem e o domínio de novas aprendizagens.

Porém, alguns artigos inseridos nesse percentual identificaram que a promoção de uma educação voltada para o desenvolvimento integral da criança precede a necessidade de uma creche de qualidade. Qualidade pressupõe formação inicial e continuada do profissional, tempos, espaços e materiais adequados às crianças. Contudo, dentre esses aspectos, o mais destacado é a organização do ambiente, como pode ser visualizado no extrato abaixo:

*Em instituições de Educação Infantil (EI), são importantes o ambiente físico, o grupo de atividades, a rotina, os recursos materiais e de pessoal, as interações desenvolvidas e o programa adotado pela instituição para essa faixa etária (Lordelo, 2002). A preocupação com a organização desse ambiente relaciona-se com o desenvolvimento infantil, considerado como um processo aberto, dinâmico, contínuo e multifacetado, e também com a socialização das crianças. (TEXTO 5, 2006, p. 574).*

Constata-se que é indiscutível que a organização dos espaços, para além de imprimir as concepções de criança, infância e organização do trabalho pedagógico na creche, necessita ser considerada como mais um elemento educador. Dessa forma, os arranjos espaciais nas instituições de Educação Infantil devem priorizar o

estabelecimento da interação criança/adulto e criança/criança. Essa interação se dá de diferentes formas: pelas relações professor/criança; pelos conceitos pedagógicos eleitos; pela seleção dos materiais e disposição do mobiliário e pelas atividades desenvolvidas. Complementando, verifica-se que em 12% dos artigos a finalidade da creche é ser um espaço de interação, como descritos no extrato abaixo:

*[...] o novo papel da creche: não mais estrutura com tarefas exclusivamente assistenciais, mas estrutura principalmente socializante e educativa. (TEXTO 29, 1999, p. 91)*

Identifica-se que essa ideia de que o ambiente da Educação Infantil é um espaço de interação tem se mostrado como uma tendência já incorporada aos conhecimentos e concepções da Psicologia. Pedrosa e Carvalho (1995), por exemplo, discutem que a atividade lúdica e a interação de pares são componentes fundamentais do desenvolvimento humano. No entanto, a ênfase, segundo as autoras, geralmente, recai sobre a relação adulto/criança, visto como o parceiro mais competente e mais apto a interpretar e complementar as ações da criança e, conseqüentemente, promover o seu desenvolvimento.

Chama a nossa atenção a incidência de 6% dos artigos que atribuem à creche a função de impactar no desempenho das crianças em níveis posteriores de escolarização, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

*Há muitos estudos que tentam provar a eficiência e eficácia a frequência na educação infantil. (TEXTO 11, 1997, p. 117).*

*Assim, foi possível verificar que, para estas formadoras, a creche é também um espaço de estimulação e preparo destas crianças para o ensino fundamental. (TEXTO 46, 2009, p. 205).*

Essa ideia de que a Educação Infantil é uma etapa preparatória e determinante para bons resultados no Ensino Fundamental não é recente. Segundo Campos *et al.* (2011), este assunto vem sendo amplamente pesquisado e avaliado em turmas de pré-escola e em uma menor proporção na creche.

### **Considerações finais**

O objetivo principal deste estudo foi identificar as concepções de creche presentes nos artigos acadêmicos, situados nos periódicos nacionais, classificados como A1 e A2 no ano de 2012, na área da Educação, entre os anos de 1997 a 2011.

Empreendidas as buscas nesses periódicos, para extrair artigos acadêmicos que tivessem, dentre suas palavras-chave, os descritores “creche(s)”, “bebê(s)”, “criança(s) pequena(s)”, “primeira infância” e “pequena infância”, obteve-se como resultado um *corpus* de pesquisa contendo 83 artigos.

Tomando por base as técnicas de Análise de Conteúdo, propostas por Bardin (2011) e Rosemberg (1981), este estudo buscou construir categorias de análise que dessem conta de representar todo o repertório de pesquisa, de modo a compreender as concepções explícitas e implícitas nos artigos acadêmicos acerca da creche. Por consequência, os bebês e as crianças pequenas, como sujeitos da creche, e a experiência de vida da criança, identificada a partir da primeira infância, também foram incluídos.

É possível observar que os artigos destacaram as mudanças advindas da CF/88 e da LDB 9.394/96, avaliando-as como importantes para a constituição da creche e, conseqüentemente, da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Porém, ainda foi possível identificar artigos que referenciaram a creche como o espaço destinado à criança de 0 a 6 anos, contrariando os dispositivos legais. Isso pode se justificar por duas razões. A primeira delas é que, em alguns artigos, o procedimento de coleta de dados foi realizado em ano anterior a 1997, o que poderia assegurar que as instituições pesquisadas organizavam a creche como aquela responsável pelo atendimento das crianças de 0 a 6 anos. A segunda razão justifica-se por ser a creche um termo assimilado tradicionalmente pelas famílias como um espaço destinado ao cuidar e educar das crianças menores de 6 anos, numa correspondência com a etapa da Educação Infantil.

Quanto às concepções que circundam a creche propriamente dita, foi possível apreender dos artigos que as finalidades da creche encontram-se divididas entre os artigos que compõem o *corpus*, ora como um espaço de guarda e proteção, ora como um espaço de cuidar e educar da criança pequena. A verdade é que esse ambiente, como preconizado nos preceitos legais, tem a finalidade de ofertar o desenvolvimento integral da criança, complementando a ação da família e da comunidade, de modo que as práticas pedagógicas, aí desenvolvidas, revertam-se na indissociabilidade de cuidar e educar.

Contudo, ainda que sejam crescentes as pesquisas acadêmicas acerca da creche, destaca-se a emergência de mais discussões acerca dessa área, de modo a dar conta de todos os ordenamentos legais e práticas pedagógicas desenvolvidas cotidianamente nas escolas.

## Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, jan./abr. 2006.
- CAMPOS, M. M. et al. A contribuição da Educação Infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 1, abr. 2011.
- KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- PEDROSA, M. I.; & CARVALHO, A. M. A. A interação social e a construção da brincadeira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, mai. 1995.
- ROSEMBERG, F. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 2, p. 6, jul./ago. 1981.
- ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, n. 51, p. 73-79, 1984.
- VIEIRA, L. M F. A formação do profissional da Educação Infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento. *Pro-Posições*, Campinas, v. 10, n. 1 (28), p. 28-39, mar. 1999.

## Referências dos artigos científicos que compõem o *corpus*

- Texto 1** - CAMPOS, M. M. *et al.* A qualidade da Educação Infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, 2011.
- Texto 2** - VITTA, F. C. F. de. A inclusão da criança com necessidades especiais na visão de berçaristas. **Cadernos de Pesquisa**, 2010.
- Texto 3** - MARANHÃO, D. G.; SARTI, C. A. Creche e família: Uma parceria necessária. **Cadernos de Pesquisa**, 2008.
- Texto 4** - MEULDERS, D. *et al.* Trabalho e maternidade na Europa, condições de trabalho e políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, 2007.
- Texto 5** - LIMA, A. B. R.; BHERING, E. Um estudo sobre creches como ambiente de desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, 2006.

**Texto 6** - VOLPATO, C. F.; MELLO, S. A. Trabalho e formação dos Educadores de creche em Botucatu: Reflexões críticas. **Cadernos de Pesquisa**, 2005.

**Texto 7** - MARANHÃO, D. G. O cuidado como elo entre saúde e educação. **Cadernos de Pesquisa**, 2000.

**Texto 8** - AMORIM, K. de S.; VITORIA, T.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Rede de significações: perspectiva para análise da inserção de bebês na creche. **Cadernos de Pesquisa**, 2000.

**Texto 9** - LORDELO, E. da R.; CARVALHO, A. M. A. Estratégias de comunicação em situação poliádica de creche. **Cadernos de Pesquisa**, 1999.

**Texto 10** - PIOTTO, D. C. *et al.* Promoção da qualidade e avaliação na Educação Infantil: uma experiência. **Cadernos de Pesquisa**, 1998.

**Texto 11** - CAMPOS, M. M. Educação Infantil: o debate e a pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, 1997.

**Texto 12** - GOBBI, M. Usos sociais das fotografias em espaços escolares destinados à primeira infância. **Educação e Sociedade**, 2011.

**Texto 13** - VIEIRA, L. M. F. A Educação Infantil e o Plano Nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010. **Educação e Sociedade**, 2010.

**Texto 14** - DALBOSCO, C. A. Paradoxos da educação natural no *Émile* de Rousseau: os cuidados do adulto. **Educação e Sociedade**, 2009.

**Texto 15** - FARIA, A. L. G. de. Políticas de regulação, pesquisa e Pedagogia na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica. **Educação e Sociedade**, 2005.

**Texto 16** - RAUPP, M. D. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação e Sociedade**, 2004.

**Texto 17** - PLAISANCE, E. Para uma sociologia da pequena infância. **Educação e Sociedade**, 2004.

**Texto 18** - FUSARI, A. As crianças e os direitos de cidadania: a cidade como comunidade educadora. **Educação e Sociedade**, 2002.

**Texto 19** - FARIA, A. L. G. de. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da Educação Infantil. **Educação e Sociedade**, 1999.

**Texto 20** - KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a Educação Infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação e Sociedade**, 1999.

**Texto 21** - OLIVEIRA, F. de; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**, 2010.

**Texto 22** - FRABBETTI, R. A arte na formação de professores de crianças de todas as idades: o teatro é um conto vivo. **Pro-Posições**, 2011.

**Texto 23** - MANFERRARI, M. Histórias são naus que cruzam fronteiras. **Pro-Posições**, 2011.

**Texto 24** - PALMEN, S. H. de C. A constituição das creches nas universidades públicas estaduais paulistas e os direitos sociais da mulher e da criança pequena. **Pro-Posições**, 2007.

**Texto 25** - CIPOLLONE, L. Diferença sexual, dimensão interpessoal e afetividade nos contextos educacionais para a infância. **Pro-Posições**, 2003.

**Texto 26** - BECCHI, E. Ser menina ontem e hoje: notas para uma pré-história do feminino. **Pro-Posições**, 2003.

**Texto 27** - ROSEMBERG, F. Sísifo e a Educação Infantil brasileira. **Pro-Posições**, 2003.

**Texto 28** - SILVA, A. S. da. Educação e assistência: Direitos de uma mesma criança. **Pro-Posições**, 1999.

**Texto 29** - MANTOVANI, S.; PERANI, R. Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância. **Pro-posições**, 1999.

**Texto 30** - REIS, M. dos. As divinas tetas: do direito ao dever, negando o prazer. **Pro-Posições**, 1999.

**Texto 31** - BUFALO, J. M. P. O imprevisto previsto. **Pro-Posições**, 1999.

**Texto 32** - PRADO, P. D. As crianças pequeninhas produzem cultura? Considerações sobre educação e cultura infantil em creche. **Pro-Posições**, 1999.

**Texto 33** - SOUZA, R. M.; *et al.* Preferência manual na ação de alcançar em bebês em função da localização espacial do alvo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2011.

**Texto 34** - PINTO, E. B. O Desenvolvimento do Comportamento do Bebê Prematuro no Primeiro Ano de Vida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2009.

**Texto 35** - DOMENICONI, C.; *et al.* Responder por exclusão em crianças de 2 a 3 Anos em uma situação de brincadeira. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2007.

**Texto 36** - LORDELO, E. da R. *et al.* Contexto e Desenvolvimento Cognitivo: Freqüência à Creche e Evolução do Desenvolvimento Mental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2007.

**Texto 37** – ROBLES, H. S. M. *et al.* O Controle instrucional na brincadeira entre crianças com diferentes repertórios. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2006.

**Texto 38** - MENEGHINI, R.; CAMPOS-DE-CARVALHO, M. Arranjo Espacial na Creche: Espaços para Interagir, Brincar Isoladamente, Dirigir-se Socialmente e Observar o Outro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003.

**Texto 39** - FRANCHI E VASCONCELOS, C. R. *et al.* A Incompletude como Virtude: Interação de Bebês na Creche. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003.

**Texto 40** - LEVANDOWSKI, D. C.; PICCININI, C. A. A Interação Pai-Bebê entre Pais Adolescentes e Adultos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002.

**Texto 41** - RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche: Alguns Aspectos Críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001.

**Texto 42** - ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2000.

**Texto 43** - LEON, A. D. Creche São Francisco de Paula: uma contribuição para história da infância de Pelotas. **Cadernos de Educação**, 2011.

**Texto 44** - NUNES, L. R. d'O. de P. *et al.* O cotidiano de recreadoras de creche: um estudo descritivo. **Cadernos de Educação**, 2009.

**Texto 45** - FARIA, A. L. G. de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos Pagu**, 2006.

**Texto 46** - YAZLLE, E. G.; FERNANDES, J. G. D. A presença de idéias higienistas e compensatórias na formação de professores para a Educação Infantil. **Educação**, 2009.

**Texto 47** - DALBOSCO, C. A. Primeira infância e educação natural em Rousseau: as necessidades da criança. **Educação**, 2007.

**Texto 48** - KUDE, V. M. M. Qualidade do Atendimento na Educação Infantil: um estudo em duas culturas. **Educação**, 2004.

**Texto 49** - MACHADO, M. M. A Criança é Performer. **Educação e Realidade**, 2010.

**Texto 50** - BONOME-PONTOGLIO, C. de F.; MARTURANO, E. M. Brincando na creche: atividades com crianças pequenas. **Estudos de Psicologia**, 2010.

**Texto 51** - PICCININI, C. A. *et al.* Expectativas e sentimentos de pais em relação ao bebê durante a gestação. **Estudos de Psicologia**, 2009.

**Texto 52** - SCHWENGBER, D. D. de S.; PICCININI, C. A. A experiência da maternidade no contexto da depressão materna no final do primeiro ano de vida do bebê. **Estudos de Psicologia**, 2005.

**Texto 53** - BÖING, E.; CREPALDI, M. A. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. **Estudos de Psicologia**, 2004.

**Texto 54** - LEITÃO, M.; CASTELO-BRANCO, R. Bebês: o irresistível poder da graciosidade. Um estudo sobre o significado evolutivo dos traços infantis. **Estudos de Psicologia**, 2010.

**Texto 55** - SILVA, M. da R. Paternidade no contexto da depressão pós-parto materna: revisando a literatura. **Estudos de Psicologia**, 2009.

**Texto 56** - PINTO, E. B. Os sintomas psicofuncionais e as consultas terapêuticas pais/bebê. **Estudos de Psicologia**, 2004.

**Texto 57** - RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena. **Estudos de Psicologia**, 2004.

**Texto 58** - ANJOS, A. M. dos; *et al.* Interações de bebês em creche. **Estudos de Psicologia**, 2004.

**Texto 59** - TRISTÃO, R. M.; FEITOSA, M. A. G. Percepção da fala em bebês no primeiro ano de vida. **Estudos de Psicologia**, 2003.

**Texto 60** - CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I. Pesquisas contextuais e seus desafios: uma contribuição a partir de investigações sobre arranjos espaciais em creches. **Estudos de Psicologia**, 2003.

**Texto 61** - FRANCHI E VASCONCELOS, C. R.; ROSSETTI FERREIRA, M. C. Crianças pequenas brincando em creche: a possibilidade de múltiplos pontos de vista. **Estudos de Psicologia**, 2002.

**Texto 62** - CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I. PADOVANI, F. H. P. Agrupamentos preferenciais e não preferenciais e arranjos espaciais em creches. **Estudos de Psicologia**, 2000.

**Texto 63** - SILVA, J. B. da; SOUZA, T. N. de. Análise da utilização de uma escala para avaliação da qualidade de creches. **Estudos em Avaliação Educacional**, 2011.

**Texto 64** - PALMEN, S. H. de C. O imprevisto no espaço da Educação Infantil. **Educação Temática Digital – ETD**, 2001.

**Texto 65** - MARANHÃO, D. G.; SARTI, C. A. Cuidado compartilhado: negociações entre famílias e profissionais em uma creche. **Interface**, 2007.

**Texto 66** - MARTINS, J.; VERÍSSIMO, M. de L. Ó R. Conhecimentos e práticas de trabalhadoras de creches municipais relativos ao cuidado da criança com infecção respiratória aguda. **Interface**, 2006.

**Texto 67** - MAISTRO, M. A. Relações creche e famílias, a quantas andam? **Perspectiva**, 1999.

**Texto 68** - VITORIA, T. As relações creche e famílias. **Perspectiva**, 1999.

**Texto 69** - CERISARA A. B. Educar e cuidar: por onde anda a Educação Infantil? **Perspectiva**, 1999.

**Texto 70** - LORDELO, E. da R. Padrões de parceria social e brincadeira em ambientes de creches. **Psicologia em Estudo**, 2006.

**Texto 71** - SEABRA, K. da C.; SEIDL DE MOURA, M. L. Alimentação no ambiente de creche como contexto de interação nos primeiros dois anos de um bebê. **Psicologia em Estudo**, 2005.

**Texto 72** - SOUZA, T. N. de; CAMPOS-DE-CARVALHO, M. Qualidade de ambientes de creches: uma escala de avaliação. **Psicologia em Estudo**, 2005.

**Texto 73** - GRANDE, C.; PINTO, A. I. Estilos Interactivos de Educadoras do Ensino Especial em Contexto de Educação-de-Infância. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2009.

**Texto 74** - SILVA, F. T. N.; SOUZA, C. B. A. de. Discriminação Simples com Mudanças Sucessivas na Função dos Estímulos: Aprendizagem em Bebês. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2009.

**Texto 75** - OLIVEIRA, T. P. de; GIL, M. S. C. de A. Condições Experimentais Facilitadoras para a Aprendizagem de Discriminação por Bebês. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2008.

**Texto 76** - GIL, M. S. C. de A.; *et al.* Variáveis no Ensino de Discriminação para Bebês. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2006.

**Texto 77** - PICCININI, C. A. *et al.* Expectativas e Sentimentos da Gestante em Relação ao seu Bebê. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2004.

**Texto 78** - BHERING, E.; DE NEZ, T. B. Envolvimento de Pais em Creche: Possibilidades e Dificuldades de Parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2002.

**Texto 79** - MELCHIORI, L. E.; ALVES, Z. M. M. B. Crenças de Educadoras de Creche Sobre Temperamento e Desenvolvimento de Bebês. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2001.

**Texto 80** - RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. Concepções de Educadoras Sobre a Adaptação de Bebês à Creche. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2001.

**Texto 81** - HADDAD, L.; CORDEIRO, M. H. Representações sociais de ingressantes de Pedagogia sobre creche e pré-escola: um estudo em quatro Estados brasileiros. **Revista Diálogo Educacional**, 2011.

**Texto 82** - SANTOS, N. S.; SANTOS, I. S.; SILVA, L. S. P. A pesquisa crítico-colaborativa e a formação das educadoras na creche: entre a construção e a reflexão. **Revista da FAEEBA**, 2009.

**Texto 83** - MOREIRA, A. R. C. P.; VASCONCELLOS, V. M. R. de. Transformações espaciais na creche: a busca de lugares de desenvolvimento. **Revista da FAEEBA**, 2009.